



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA



LEI Nº 254/2023, DE 07 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024 e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE IBIQUERA, ESTADO DA BAHIA,
faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionou a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal e em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, as diretrizes orçamentárias do Município de Ibiquera, para **2024**, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

V – as disposições referentes a transferências voluntárias;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA**

VI – as normas relativas ao controle de custo e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

VII – as disposições sobre a dívida pública municipal e operação de crédito;

VIII - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município e medidas para incremento da receita; e

IX - as disposições gerais.

Art. 2º - No estabelecimento das ações que serão contempladas na Lei Orçamentária do exercício de 2024 a Administração Municipal, observará as seguintes diretrizes gerais:

- I. Austeridade na utilização dos recursos públicos;
- II. Empreender iniciativas e ações sociais, econômicas, educacionais e culturais;
- III. Formulação e execução de políticas sociais relacionadas com proteção da infância e juventude;
- IV. Fortalecimento da capacidade de investimento do Município, em particular para as áreas sociais básicas e de infraestrutura econômica;
- V. Modernização e ampliação da infraestrutura, identificação da capacidade produtiva do município, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, utilizando parcerias com outras esferas do governo, bem como a iniciativa privada;
- VI. Obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal, através da instituição e regulamentação dos tributos que sejam de sua competência tributária, bem como o

2

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

- estabelecimento de sistemas adequados de fiscalização, arrecadação, controle e cobrança de tributos e da Dívida Ativa;
- VII. Preservação do interesse público e defesa de seu patrimônio, inclusive ambiental;
- VIII. Priorização para os projetos de educação fundamental, proteção para a criança, saúde e saneamento básico;
- IX. Promoção eficaz de políticas públicas de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes.
- X. Valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais;

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL

Art. 3º - Em conformidade com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal e o art. 4º da Lei Complementar 101/00, integra a presente Lei os seguintes Anexos:

I - das ações e prioridades para o exercício financeiro de **2024** são as especificadas no **Anexo I**, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de **2024**, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas;

II – dos Riscos Fiscais, de acordo com a **PORTARIA Nº 1.447, de 14 de junho de 2022 que aprova a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais** – MDF da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, compreendendo:

3

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

a) Anexo de Riscos Fiscais e providências.

III – das Metas Fiscais, de acordo com a **PORTARIA Nº 1.447, de 14 de junho de 2022 que aprova a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais** – MDF da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, compreendendo:

- a) Demonstrativo I - das Metas Anuais;
- b) Demonstrativo II - da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo III - das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo IV - da Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;
- f) Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- g) Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- h) Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de caráter continuado;

4

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA



- i) Memória de Cálculo das Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Pública.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Função - deve entender-se o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

II - Função “Encargos Especiais” - engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

III - Subfunção - representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

IV - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

V - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais

5

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VI - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VII - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VIII – Receita Corrente Líquida - somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidos a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 21 da Constituição Federal; e

IX – Despesa Total com Pessoal – o somatório dos gastos de cada Poder com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

X - Categoria de Programação - Para fins de planejamento e orçamento, considera-se categoria de programação a denominação genérica que engloba **função, subfunção, programa e operação especial**, e o termo ação, a que engloba as três últimas categorias.

XI - Categoria de despesa - Para fins de planejamento e orçamento considera-se categoria de despesa a denominação genérica que engloba **categoria econômica da despesa, grupo e modalidade de aplicação**.

XII - Transposição - o deslocamento parcial ou total de dotação de uma categoria de programação para outra do mesmo órgão;

XIII - Remanejamento - o deslocamento parcial ou total de dotação de uma mesma categoria de despesa e mesma categoria de programação para mesmo órgão.

XIV- Transferências - o deslocamento parcial ou total de uma categoria de programação para outra, para outro órgão;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sendo estas indicadas nas atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão detalhados para especificar a finalidade, a localização física integral ou parcial das respectivas atividades, projetos e operações especiais, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade das respectivas

7

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA**

atividades, projetos e operações especiais e da denominação das metas estabelecidas.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivas finalidades com indicação de suas metas, quando for o caso.

§ 5º - Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos pelo Município em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

§ 6º - A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades, adotando-se o regime de caixa.

§ 7º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contrato de Terceirização”.

§ 8º. A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 5º – A receita municipal será constituída:

8

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

- I – dos tributos de sua competência;
- II – das transferências constitucionais;
- III- das atividades econômicas que por conveniência o Município venha executar;
- IV – dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública e Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais;
- V – das oriundas de serviços executados pelo Município;
- VI – das cobranças de dívida ativa;
- VII – das oriundas de empréstimos, e financiamentos devidamente autorizados pelo Poder Legislativo;
- VIII – outras rendas.

§ 1º - A discriminação da receita será de acordo com o estabelecido na **Portaria Conjunta nº 10.460 de 07 de dezembro de 2022**, que dispõe sobre o desdobramento da classificação por natureza da receita orçamentária para aplicação no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 2º - As receitas oriundas de fontes vinculadas não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades.

Art. 6º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA



menor nível com suas respectivas dotações, especificando a classificação institucional e funcional, a saber:

01. Poder
02. Órgão
03. Unidade Orçamentária
04. Função
05. Subfunção
06. Programa
07. Projeto, Atividade ou Operação Especial
08. Fonte de Financiamento da Despesa
09. Detalhamento da Despesa

§ 1º- A estrutura de custos dos projetos e atividades, segundo a categoria econômica, os grupos de despesa, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos serão estabelecidos mediante Decreto do Executivo, nos Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, de cada Unidade Orçamentária, que compõem o Orçamento Analítico, em consonância com os respectivos programas de trabalho aprovados na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º - A categoria de programação a que se refere este artigo correspondem a agrupamentos de funções e subfunções, mediante a utilização dos códigos constantes do Anexo da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 (Atualizada), do Ministro do Orçamento e Gestão - MOG.

§ 3º - A categoria econômica e o grupo de despesa a que se refere este artigo correspondem a agrupamentos de elementos de despesa, mediante a utilização dos códigos constantes do Anexo das Portarias vigentes da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

10

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

§ 4º - Em conformidade com o art. 6º da Portaria 163 de 04 de maio de 2001, da SOF/SEPLAN, na lei orçamentária, a discriminação da despesa, **quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.**

§ 5º - As fontes de recursos que correspondem às receitas previstas constarão na lei orçamentária com código próprio que as identifiquem conforme a origem da receita, em conformidade com a Portaria STN nº 710/2021 atualizada pela Portaria STN nº 925, de 08/07/2021, pela Portaria STN nº 1.141, de 11/11/2021 e pela Portaria STN nº 1.445, de 14/06/2022.

§ 6º - No Projeto de Lei Orçamentária, será atribuído a cada Projeto, Atividade e Operação Especial um código numérico estabelecido pelo setor responsável pelo Planejamento, órgão responsável pela elaboração da referida Lei.

§ 7º - O Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) é um instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo da Despesa e o Elemento de Despesa constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;

§ 8º - A alteração do Detalhamento de Despesa é a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica e grupo de despesa.

Art. 7º - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos e atividades e constarão do demonstrativo a que se refere o art. 8º, § 2º, inciso VI, desta Lei.

11

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

Art. 8º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos e órgãos, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único - A totalidade das receitas e despesas de cada autarquia e fundação constará no orçamento fiscal, mesmo que as entidades não tenham qualquer parcela de sua despesa financiada com recursos transferidos do Tesouro Municipal.

Art. 9º - O **projeto de lei orçamentária** que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo até o dia **30 de setembro de 2023** será constituído de:

I – mensagem;

II - texto da lei;

III - quadros orçamentários consolidados;

IV - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei; e

VI – informações complementares

§ 1º - Os quadros e anexos orçamentários a que se referem os incisos III e IV do *caput* deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

12

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA**

I - sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo nº 1- Lei 4.320/64;

III - quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação – Anexo 2 da lei 4.320/64;

IV - quadro das dotações por órgãos do Governo Municipal e da Administração, indicando despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social segundo os programas de governo, com os seus objetivos, detalhado por atividades, projetos e operações especiais, categoria econômica da despesa e fonte de financiamento, com a identificação das unidades orçamentárias executoras – Quadro do Detalhamento da Despesa - QDD;

V - quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

VI - quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos nºs 6, 7, 8 e 9 da Lei 4.320/64;

§ 2º - As informações complementares a que se refere o inciso VI do *caput* deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 159 da Constituição Estadual, art. 165 da Constituição Federal e art. 5º da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2.000, são os seguintes:

I - tabelas explicativas, das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação:

13

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

- a) a receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;
- b) a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
- c) a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;
- d) a despesa realizada nos três últimos exercícios anteriores;
- e) a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;
- f) a despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta;

II - especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificativa econômica, financeira, social e administrativa.

III - programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

IV – utilização **das fontes de recursos por órgãos;**

14

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

V – Cópia da legislação básica da estrutura organizacional e Lei Orgânica do Município, onde conste a descrição das principais finalidades dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

VI – **descrição sucinta das finalidades** dos Projetos, Atividades e Operações Especiais, com a identificação das metas, se for o caso.

VII – **demonstrativo da compatibilidade das metas programáticas**, definidas na Proposta Orçamentária, com as constantes no Plano Plurianual, em obediência ao inciso I, art. 5º da LRF.

VIII – do quadro de pessoal, por órgão de cada Poder, em conformidade ao § 6º, art. 159, da Constituição Estadual;

IX – da previsão de gastos com promoção e divulgação das ações do Município, por órgão de cada Poder, em conformidade ao § 6º, art. 159, da Constituição Estadual;

§ 3º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária, dentre outras importâncias, em conformidade com a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, conterá justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa, acompanhadas das seguintes informações:

- a) Os gastos, o programado para **2024** bem como a memória de unidade orçamentária e fonte de recursos,

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

nos três últimos anos, sua execução provável em 2023 e cálculo da estimativa das despesas;

- b) a arrecadação da receita nos três últimos anos, a execução provável para 2023 e a estimada para **2024**, bem como a memória de cálculo dos principais itens estimados para **2024**;
- c) a despesa de pessoal e encargos sociais, por Poder e total, executadas nos últimos três anos, a execução provável em 2023 e o programado para **2024**, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente e à receita corrente líquida, esta última tal como definida no art. 3º, IX nesta Lei, bem como a memória de cálculo do programado para **2024**;
- d) memória de cálculo do montante de recursos para aplicação e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da CF e do montante de recursos para aplicação no FUNDEB, previsto no art. 60 do ADCT e
- e) a correspondência entre os valores das estimativas de cada item de receita e os valores das estimativas de cada fonte de financiamento da despesa consignado no quadro demonstrativo a que se refere o inciso IV, § 2º deste artigo.

§ 4º - Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços históricos, atualizados a

16

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

preços de 30 de junho de **2023** de acordo com o comportamento da evolução da receita.

Art. 10º - A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I - às ações descentralizadas de saúde e assistência social;

II - ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;

III - aos benefícios mensais às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos, em cumprimento ao disposto no art. 203, inciso V, da Constituição Federal;

IV - ao atendimento de ações de alimentação escolar;

V - às despesas com auxílio-alimentação/refeição, assistência pré-escolar e assistência médica e odontológica no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, inclusive das entidades da administração indireta que recebam recursos à conta dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

VI - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VII - ao atendimento das operações realizadas no âmbito da renegociação da dívida do Município;

VIII - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão da unidade orçamentária responsável pelas ações jurídicas do Município.

17

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA



Parágrafo Único – A inclusão de recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais para atender às despesas de que trata o inciso V deste artigo **fica condicionada à informação do número dos beneficiados.**

Art. 11º - Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, e órgãos do Poder Executivo encaminharão ao órgão encarregado do Planejamento Municipal, por meio de correspondência protocolada, **até 10 de agosto de 2023**, suas respectivas propostas orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, em especial os artigos 17 a 20, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

§ 1º - O órgão encarregado pelo Planejamento Municipal, até **31 de julho de 2023**, encaminhará ao Poder Legislativo e aos órgãos e entidades do Poder Executivo as informações básicas norteadoras para a elaboração das propostas orçamentárias de que trata o caput deste artigo.

§ 2º - O não cumprimento do disposto neste artigo autorizará ao Poder Executivo, pelo seu órgão do Planejamento Municipal, a definir e elaborar as propostas das unidades faltosas, e repetir o planejamento do exercício em vigência, se do Poder Legislativo.

Art.12º – O Poder Legislativo, na elaboração de sua proposta orçamentária, observará os limites de gastos previstos na Emenda Constitucional nº 25, de 14.02.2000, DOU de 15.02.2000, em vigor a partir de 01.01.2001 e encaminhará a sua proposta para consolidação ao órgão responsável pelo Planejamento Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA



CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO

DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 13º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de **2024** deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, unidade, universalidade e anualidade.

Art. 14º - O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual vigente, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 15º - O Poder Legislativo terá como limites de empenho de despesas correntes e de capital em **2024** o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária do mesmo exercício de **2024**.

Parágrafo único - No cálculo dos limites a que se refere o *caput* deste artigo, serão excluídas as dotações destinadas ao pagamento de pessoais, precatórios ou construção em andamento.

Art. 16º - A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

Parágrafo único. Desde que observadas as vedações contidas no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, fica facultada a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora.

Art. 17º - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 18º - A Procuradoria Geral do Município, sem prejuízo do envio das relações, encaminhará ao órgão de Planejamento Municipal e aos órgãos e unidades devedores, **até 10 de julho de 2023**, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2024, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por órgão devedor da administração direta ou indireta, especificando:

- a) número da ação originária;
- b) número do precatório;
- c) tipo de causa julgada;
- d) data da autuação do precatório;
- e) nome do beneficiário; e
- f) valor do precatório a ser pago.

§ 1º - Os órgãos e entidades devedores, referidos no caput deste artigo, comunicarão ao órgão do Planejamento Municipal, no prazo máximo de **30 de julho de 2023**, eventuais divergências verificadas entre a relação recebida e os processos que originaram os precatórios recebidos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

§ 2º - A relação dos débitos, de que trata o caput deste artigo, somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atenda ao menos uma das seguintes condições:

I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e

II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 19º - Na programação da despesa, em conformidade com a LRF, não poderão ser:

I - fixadas despesas **sem que estejam definidas as respectivas fontes** de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III - incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal;

IV - transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos vinculados à unidade orçamentária específica; e

V - consignados créditos com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

Art. 20º - Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento; e

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas exigíveis nos convênios, acordos e similares.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores e serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até **30 de junho de 2023**, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado em demonstrativo e documentos comprobatórios do feito.

Art. 21º - Não poderão ser destinados recursos para atender, direta ou indiretamente, despesas com:

I - ações que não sejam de competência exclusiva do Município, ou com ações em que não haja lei específica que estabeleça a obrigação em cooperar técnica e financeiramente;

II - clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

Art. 22º - As dotações para compor a contrapartida de despesas financiadas por recursos vinculados serão obrigatoriamente informadas e identificadas

22

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

por fonte de recurso distinta, não poderão ter destinação diversa das finalidades referidas na motivação do convênio, ajuste, acordo ou instrumento similar, exceto se comprovado documentadamente erro na alocação desses recursos ou desnecessária por rescisão, não concretização dos financiamentos previstos ou saldo não utilizado, de tal forma que evidencie a impossibilidade da sua aplicação original.

Art. 23º - Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito contratadas ou com autorizações legislativas concedidas até a data do encaminhamento do referido projeto ao Poder Legislativo.

Art. 24º - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de **“auxílios” ou “subvenções sociais”**, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, esportiva e cultural, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, art. 16 e seguintes da Lei 4.320/64, bem como ao disposto na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

IV - sejam signatárias de contrato de gestão com a administração pública municipal;

23

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA



V – sejam qualificadas como organizações sociais.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2023 por três autoridades local e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º – O Projeto que destinar recursos às subvenções sociais deverá mencionar em seu detalhamento a relação das entidades beneficiadas bem como os valores limites destinados a cada uma delas.

§ 3º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a execução das dotações sob os títulos nele especificados dependerá, além de autorização legislativa específica consignada na Lei de Orçamento, de assinatura de convênio ou acordo, observadas as disposições do art. 116 e seus parágrafos, da lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

§ 4º - A execução das dotações sob o título de subvenções sociais está também condicionada às determinações previstas na Resolução 321/97 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

Art. 25º - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para pessoas físicas, a qualquer título, sem que haja lei ou programa específico voltado à assistência social, educacional ou de saúde nos quais estejam definidos os critérios da concessão dos auxílios.

Parágrafo Único – Os critérios a que se refere o caput deste artigo serão definidos mediante publicação de Decreto do Executivo, normas

24

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

estabelecidas em convênios, acordos, ajustes ou programas adotados com órgãos de outras esferas de governo.

Art. 26º - A lei orçamentária conterà no orçamento fiscal **reserva de contingência**, constituindo-se de dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, cujos recursos serão utilizados como fonte para:

I – **atendimento de passivos contingentes** e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, tendo como prioritários os passivos referentes às obrigações pertinentes a gastos com pessoal, constituída em montante correspondente a no mínimo 1% (um por cento) da receita corrente líquida do Tesouro Municipal, em consonância ao artigo 5º da Lei Complementar 101/00 e,

II – para abertura **de créditos adicionais de despesas não computadas** ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, esta constituída em montante correspondente de até, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida do Tesouro Municipal, conforme estatui o art.91 do Decreto Lei 200/67.

Art. 27º - **Os créditos adicionais autorizados pelo Legislativo** serão abertos e apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária definido no art.6º desta Lei, e em conformidade aos preceitos estabelecidos nos artigos 40 e seguintes da Lei 4.320/64.

§ 1º- O remanejamento de dotação, assim entendido o deslocamento parcial ou total de dotação de uma mesma categoria de despesa e mesma categoria de programação para mesmo órgão, não será

25

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

computado à soma dos créditos adicionais para cálculo do percentual autorizado para abertura de créditos adicionais.

§ 2º- Os créditos adicionais autorizados serão editados mediante Decreto do Executivo.

§ 3º- As alterações do Quadro do Detalhamento de Despesas serão editadas mediante Decreto específico de cada poder.

§ 4º- O Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, que contém a discriminação, por elemento de despesa e fonte de recursos, dos projetos, atividades e operações especiais integrantes dos programas de Trabalho aprovados na Lei Orçamentária, poderá ser alterado durante o exercício, através de Decreto, observados os limites financeiros de cada grupo de despesa, em conformidade com o art. 6º da Portaria 163 de 04 de maio de 2001, da SOF/SEPLAN, a discriminação de despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 28º - Os recursos alocados na lei orçamentária, com a destinação prevista para pagamentos de precatórios, somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade mediante comprovação documentada da desnecessária aplicação inicialmente informada.

Art. 29º - Os preços estimados para a Proposta Orçamentária de 2024 terão como base a projeção da média mensal da execução da receita e despesa calculada sobre o período compreendido até **30 de junho de 2023**, podendo

26

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA



ser atualizados com a utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30º - O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela Administração de Pessoal, publicará, **até 31 de julho de 2023**, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos.

§ 1º - O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante atos próprios.

§ 2º - Os cargos criados após **31 de julho de 2023**, em decorrência de processo de atualização e criação de planos de cargos e salários dos servidores públicos, serão incorporados à tabela referida neste artigo.

Art. 31º - Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) os percentuais da receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos na forma da LRF a que se refere o art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

27

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA**

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - decorrentes de decisão judicial;

IV - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

- a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
- b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal;
- c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 32º - A repartição do limite global do artigo anterior, em consonância com o III, art.20 LRF, não poderá exceder os seguintes percentuais:

I - 6% (seis por cento) para o Legislativo

II - 54 % (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º - Para os fins previstos no art. 168 da Constituição Federal, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal ao Poder Legislativo será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

§ 2º - Os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Vereadores serão determinados de acordo com os incisos V e VI do art.29 da Constituição Federal, respeitados os limites com gastos totais de pessoal, definidos neste artigo.

Art. 33º - No exercício de **2024**, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se referem os parágrafos e art. 29 desta Lei;

II - houver vacância, após **31 de julho de 2023**, dos cargos ocupados constantes da referida tabela;

III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

IV - forem observados os limites previstos no artigo anterior.

Art. 34º - Os projetos de lei sobre atualização e criação de planos de cargos e salários, a que se refere o § 2º do art. 29 desta Lei, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestações dos órgãos atingidos como também pelos órgãos responsáveis pela Administração de Pessoal, Planejamento e Finanças.

Parágrafo único. Os órgãos próprios do Poder Legislativo assumirão em seus âmbitos as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

29

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA



Art. 35º - No exercício de **2024**, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 30 desta Lei, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, V, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36º - A lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

Art. 37º - O Município atualizará a sua legislação tributária para adequá-la às normas federais e estaduais.

§ 1º - A atualização a que se refere este artigo implicará na revisão e regularização do Código Tributário Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA**

§ 2º - As alterações previstas neste artigo, também implicarão na modernização da máquina fazendária com o objetivo de aumentar a arrecadação própria, a produtividade e evitar a sonegação fiscal.

§ 3º - Os esforços para incremento da arrecadação se estenderão à administração e à cobrança da dívida ativa.

Art. 38º - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação no Poder Legislativo.

§ 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou sejam aprovadas parcialmente, até o envio do projeto de lei orçamentária para sanção do Prefeito Municipal, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, até trinta dias após a sanção à lei orçamentária, observados os critérios a seguir relacionados, para

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA**

aplicação sequencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

I - de até cem por cento das dotações relativas aos novos subtítulos de projetos;

II - de até sessenta por cento das dotações relativas aos subtítulos de projetos em andamento;

III - de até vinte e cinco por cento das dotações relativas às ações de manutenção;

IV - dos restantes quarenta por cento das dotações relativas aos subtítulos de projetos em andamento; e

V - dos restantes setenta e cinco por cento das dotações relativas às ações de manutenção.

§ 3º - O Poder Executivo procederá, mediante decreto, a ser publicado no prazo estabelecido no parágrafo anterior, a troca das fontes de recursos condicionadas constantes da lei orçamentária sancionada, cujas alterações na legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo projeto de lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

§ 4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na destinação das receitas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA



CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39º - O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40º - Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas na LRF, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder do Município.

§ 1º- Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 41º - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da **Lei Orçamentária de 2024**, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

Art. 42º - O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados **ao Poder Legislativo** será feito até o dia 20 de cada mês, aplicando-se o percentual de 7% (sete por cento) sobre as receitas efetivamente arrecadadas no **exercício de 2023**, citadas no **art. 29A da Constituição Federal** (Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009), compreendendo assim o percentual sobre a arrecadação das seguintes receitas:

- I – Somatório de todas as Receitas Tributárias do Município;
- II – Transferências de Operações de Crédito, prevista no Inciso V do art. 153 da Constituição Federal;
- III - Imposto de Renda, previsto no inciso I do art. 158 da Constituição Federal;
- IV – I T R, previsto no inciso II do art. 158 da Constituição Federal;
- V – I P V A, previsto no inciso III do art.158 da Constituição Federal;
- VI – I C M S, previsto no inciso IV do art.158 da Constituição Federal;
- VII – F P M, previsto no inciso I, alínea “b” do art. 159, da Constituição Federal;
- VIII – I P I, previsto no inciso II do art. 159 da Constituição Federal e
- IX – arrecadação da Dívida Ativa dos Tributos Municipais.

Art. 43º - À exceção do pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos municipais, despesas decorrentes de convocação extraordinária da Câmara Municipal, ou de vantagens autorizadas por lei a partir de **1º de julho de 2023**, a execução de despesas não previstas nos limites estabelecidos na forma do art.30 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para fazer face a tais despesas.

Art. 44º - São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesa e demais servidores responsáveis pelo acompanhamento e execução



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA



do orçamento, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade financeira e de dotação orçamentária.

§ 1º - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

§ 2º - Responderão solidariamente com o Prefeito, nos crimes estabelecidos na LRF e demais legislação correlata, todos os responsáveis que a qualquer título ou motivo, promova a desobediência às normas ditadas nas legislações pertinentes à execução do orçamento fiscal.

Art. 45º - O Poder Executivo através dos Setores de Planejamento, Finanças e Controladoria, elaborará normas de controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com os recursos dos orçamentos;

Art. 46º - O valor máximo de despesas consideradas irrelevantes para fim de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental fica limitado a 1% (um por cento) das receitas correntes. (art. 16, § 1º, da LRF).

Art. 47º - Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado pelo Poder Legislativo e sancionado pelo Prefeito Municipal **até 31 de dezembro de 2023**, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II – amortização e encargos da dívida;

35

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

III – utilização de recursos livres do Tesouro Municipal a razão de 1/12 (um doze avos) mês do valor orçado em ações destinadas a manutenção básica dos serviços municipais;

IV – investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais; e

V – utilização de recursos vinculados, em suas finalidades, limitado ao valor conveniado, acordado ou efetivamente ajustado e em conformidade com o cronograma de execução financeira estabelecido nos referidos instrumentos.

Art. 48º - **As propostas de modificação** do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

- I - na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;
- II - acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

Art. 49º - Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, **as emendas** somente poderão ser aprovadas caso:

- I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida.

III - sejam relacionadas com:

- a) a correção de erros ou omissões; ou
- b) os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º - As **emendas deverão indicar**, como parte da justificativa:

- I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;
- II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de que não inviabilizarão as atividades de natureza operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.
- III - em relação a alterações das categorias de programação e grupo de despesa dos projetos originais, indicar **o total dos acréscimos e o total dos decréscimos**, identificando **cada uma das dotações modificadas** com a indicação das **alterações atribuídas**;
- IV - as inclusões de novas categorias de programação e, em relação a estas, os **detalhamentos fixados na Lei de Orçamento**, com indicação **das fontes financiadoras** e as denominações atribuídas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA



V – quadro demonstrativo da **manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas** e a correspondência das fontes de recursos.

§ 2º - É vedada a inclusão de emendas ao projeto de lei e à lei orçamentária, bem como, em suas alterações que anulem dotações provenientes:

I - do limite mínimo para área do ensino, estipulada pela Constituição Federal;

II - de receitas vinculadas a finalidades específicas, tais como a convênios, execução de programas especiais e operações de créditos;

III - do limite mínimo para área de saúde, estipulada pela Emenda Constitucional nº 29; e

IV - de contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município.

§ 3º - Serão nulas e não conhecidas, as emendas propostas que não atenderem as especificações contidas neste artigo;

§ 4º - A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará em indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

§ 5º - Não poderão ser apresentadas emendas que:

I – aumente o valor global da despesa, inclusive mediante criação de novos projetos ou atividades, em cumprimento ao disposto no inciso I

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA**

do art. 78 combinado com o disposto no art. 160 da Constituição Estadual;

II – anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

- a) recursos vinculados;
- b) recursos próprios de entidades da Administração Indireta, exceto quando remanejados para a própria entidade;
- c) contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município;

III – anulem despesas relativas à:

- a) dotações para pessoal e encargos sociais;
- b) serviço da dívida;
- c) transferências tributárias constitucionais para os Municípios;
- d) seguridade social;

IV – incluam ações com a mesma finalidade em mais de um órgão ou mesmo programa, ressalvados os casos daquelas com objetivos complementares e interdependentes;

V – modifiquem a programação de despesas de fonte de recursos cujas finalidades sejam distintas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA



§ 6º - O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta

§ 7º - O Poder Legislativo dará ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, ao Projeto de Lei, às Emendas e ao Parecer Final das emendas apresentadas.

Art. 50º - O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO deverá ser devolvido pelo Poder Legislativo até o último dia da primeira sessão legislativa para sanção pelo Poder Executivo.

Art. 51º - A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, **observadas as mesmas fontes de financiamento**, as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.

Art. 52º - Até vinte e quatro horas após o encaminhamento à sanção do Prefeito dos autógrafos do projeto de lei orçamentária, o Poder Legislativo enviará ao Poder Executivo as justificativas relativas às emendas propostas.

Art. 53º - Para fins de acompanhamento, controle e segurança dos pagamentos, os órgãos da Administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações baixadas por aquela unidade.

Art. 54º - Poderá o Poder Executivo, mediante autorização prévia e específica do legislativo, firmar convênios, acordos e ajustes favoráveis ao Município e necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual, com órgãos e

40

PRAÇA SÃO JOSÉ, 32, CENTRO, IBIQUERA-BA – CEP 46 840-000 – CNPJ 13.718.671/0001-34



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
ESTADO DA BAHIA



entidades da administração de todas as esferas de governo, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira para satisfazer as obrigações de contrapartida da execução dos mesmos.

Art. 55º - Esta Lei entra em vigor a partir de **01/01/2024** e vigorará até o dia **31/12/2024**, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIQUERA

Em, 07 de junho de 2023.

Ivan Cláudio de Almeida

Prefeito Municipal



ANEXOS DA LDO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	266.817,56	Reserva de caixa na programação	266.817,56
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00	financeira para quitação parcelada,	
Avais e Garantias Concedidas	0,00	acompanhada da abertura de Crédito	
Assunção de Passivos	0,00	Adicional Suplementar	
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUBTOTAL	266.817,56	SUBTOTAL	266.817,56

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	300.000,00	Reinscrição e atualização da dívida	300.000,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00	ativa não tributária, além da limitação	0,00
Discrepância de Projeções:	0,00	de empenho	0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUBTOTAL	300.000,00	SUBTOTAL	300.000,00
TOTAL	566.817,56	TOTAL	566.817,56

FONTE: Estimativa da Receita 2023 /Despesa 2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1)

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x100
Receita Total	38,416,790.00	36,762,478.47	0.0002	92.8771	42,281,519.07	38,719,339.81	0.0003	96.8364	46,535,039.89	40,784,434.61	0.0003	101.2523
Receitas Primárias (I)	41,074,265.43	39,305,517.16	0.0002	99.3019	45,206,336.53	41,397,744.08	0.0003	103.5351	49,754,093.99	43,605,691.49	0.0003	108.2564
Despesa Total	38,007,030.81	36,370,364.41	0.0002	91.8865	41,830,538.11	38,306,353.58	0.0003	95.8036	46,038,690.24	40,349,421.77	0.0003	100.1723
Despesas Primárias (II)	37,650,578.65	36,029,261.87	0.0002	91.0247	41,438,226.86	37,947,094.20	0.0003	94.9051	45,606,912.49	39,971,001.30	0.0003	99.2329
Resultado Primário (I - II)	3,423,686.78	3,276,255.29	0.0000	8.2772	3,768,109.67	3,450,649.88	0.0000	8.6300	4,147,181.50	3,634,690.19	0.0000	9.0236
Resultado Nominal (594,877.93)	(594,877.93)	(569,261.18)	(0.0000)	(1.4382)	(654,722.65)	(599,562.87)	(0.0000)	(1.4995)	(720,587.75)	(631,540.54)	(0.0000)	(1.5679)
Dívida Pública Consolidada	2,591,387.61	2,479,796.75	0.0000	6.2650	2,224,741.59	2,037,309.14	0.0000	5.0953	1,821,210.98	1,596,153.35	0.0000	3.9626
Dívida Consolidada Líquida	(272,197.21)	(260,475.80)	(0.0000)	(0.6581)	(926,919.86)	(848,827.71)	(0.0000)	(2.1229)	(1,647,507.62)	(1,443,915.53)	(0.0000)	(3.5847)
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Prestação de Contas Anual-2022, contratos de parcelamentos, Projeção da Receita

Nota: O Cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
PIB real (crescimento % anual)	3.20	3.00	3.50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	12.00	12.00	12.00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5.30	5.30	5.30
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4.14	4.00	4.00
Projeção PIB do Estado - R\$ 1,00	362,163,900,000.00	373,753,144,800.00	385,713,245,433.60

Metodologia de Cálculos dos Valores Constantes:

2024	2025	2026
Valor Corrente/1,045	Valor Corrente/1,092	Valor Corrente/1,141



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2024

AMF Demonstrativo - 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB	% RCL	II - Metas Realizadas em 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	26.592.681.00	0.0002	50.1265	22.021.736.80	0.005%	41.5104	(4.570.944.20)	-17.19%
Receitas Primárias (I)	20.477.882.00	0.0001	38.6002	27.603.957.29	0.007%	52.0327	7.126.075.29	34.80%
Despesa Total	20.749.743.80	0.0001	39.1127	24.203.356.72	0.006%	45.6226	3.453.612.92	16.64%
Despesas Primárias (II)	20.393.338.24	0.0001	38.4409	23.987.461.34	0.006%	45.2157	3.594.123.10	17.62%
Resultado Primário (I - II)	84.543.76	0.0000	0.1594	3.616.495.95	0.001%	6.8170	3.531.952.19	4177.66%
Resultado Nominal	221.842.46	0.0000	0.4182	(964.451.69)	0.000%	(1.8180)	(1.186.294.15)	-534.75%
Dívida Pública Consolidada	2.800.463.89	0.0000	5.2788	3.227.203.41	0.001%	6.0832	426.739.52	15.24%
Dívida Consolidada Líquida	1.380.833.54	0.0000	2.6028	(67.699.70)	0.000%	(0.1276)	(1.448.533.24)	-104.90%

FONTE: Prestação de Contas Anual-2022; LDO 2023

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2022	435,085,000,000.00
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022	401,000,000,000.00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2024

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

RS 1.00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	19.385.048,78	22.021.736,80	1.14	28.692.705,06	130,29%	38.416.790,00	133,89%	42.281.519,07	110,06%	46.535.039,89	110,06%
Receitas Primárias (I)	21.960.717,14	27.603.957,29	1,26	36.406.885,00	131,89%	41.074.265,43	112,82%	45.206.336,53	110,06%	49.754.093,99	110,06%
Despesa Total	19.414.250,30	24.203.356,72	1,25	34.533.010,00	142,68%	38.007.030,81	110,06%	41.830.538,11	110,06%	46.038.690,24	110,06%
Despesas Primárias (II)	19.049.684,88	23.987.461,34	1,26	34.230.327,05	142,70%	37.650.578,65	109,99%	41.438.226,86	110,06%	45.606.912,49	110,06%
Resultado Primário (I – II)	2.911.032,26	3.616.495,95	1,24	2.176.557,95	60,18%	3.423.686,78	157,30%	3.768.109,67	110,06%	4.147.181,50	110,06%
Resultado Nominal	(1.395.290,16)	(964.451,69)	0,69	390.380,42	-40,48%	(594.877,93)	-152,38%	(654.722,65)	110,06%	(720.587,75)	110,06%
Dívida Pública Consolidada	3.012.463,89	3.227.203,41	1,07	2.924.520,46	90,62%	2.591.387,61	88,61%	2.224.741,59	85,85%	1.821.210,98	81,86%
Dívida Consolidada Líquida	896.751,99	(67.699,70)	-0,08	322.680,72	-47,64%	(272.197,21)	-84,35%	(926.919,86)	340,53%	(1.647.507,62)	177,74%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	21.362.323,76	23.012.714,96	1,08	28.692.705,06	124,68%	36.762.478,47	128,12%	38.719.339,81	105,32%	40.784.434,61	105,33%
Receitas Primárias (I)	24.200.710,29	28.846.135,37	1,19	36.406.885,00	126,21%	39.305.517,16	107,96%	41.397.744,08	105,32%	43.605.691,49	105,33%
Despesa Total	21.394.503,83	25.292.507,77	1,18	34.533.010,00	136,53%	36.370.364,41	105,32%	38.306.353,58	105,32%	40.349.421,77	105,33%
Despesas Primárias (II)	20.992.752,74	25.066.897,10	1,19	34.230.327,05	136,56%	36.029.261,87	105,26%	37.947.094,20	105,32%	39.971.001,30	105,33%
Resultado Primário (I – II)	3.207.957,55	3.779.238,27	1,18	2.176.557,95	57,59%	3.276.255,29	150,52%	3.450.649,88	105,32%	3.634.690,19	105,33%
Resultado Nominal	(1.537.609,76)	(1.007.852,02)	0,66	390.380,42	-38,73%	(569.261,18)	-145,82%	(599.562,87)	105,32%	(631.540,54)	105,33%
Dívida Pública Consolidada	3.319.735,21	3.372.427,56	1,02	2.924.520,46	86,72%	2.479.796,75	84,79%	2.037.309,14	82,16%	1.596.153,35	78,35%
Dívida Consolidada Líquida	988.220,69	(70.746,19)	-0,07	322.680,72	-45,61%	(260.475,80)	-80,72%	(848.827,71)	325,88%	(1.443.915,53)	170,11%

FONTE:

Prestação de Contas Anual, Projeção da Receita

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
10,67	6,29	2,95	3,75	4,31	2,94



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2024

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1.00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	0.00	0.00	-	0.00	-
Reservas	0.00	0.00	-	0.00	-
Resultado Acumulado	8,780,092.32	7,148,276.26	100.00	7,140,209.65	100.00
TOTAL	8,780,092.32	7,148,276.26	100	7,140,209.65	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital					
Reservas	SEM MOVIMENTO				
Resultado Acumulado	-	-		-	
TOTAL					

FONTE:

Prestação de Contas Anual 2020, 2021 e 2022, Publicações no Diário oficial do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2024

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RS 1.00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
TOTAL	-	-	-
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL	-	-	-
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	(g) = (Ia- II d)+(III h f)	(h) = ((Ib-II e)+(III i)	(i) = (Ic- Iif)
VALOR (III)	-	-	-

FONTE:

Sistema Contábil. e publicações no Diário Oficial do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1.00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Em Regime de Parcelamento de Débitos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022
ADMINISTRAÇÃO (IV)	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA (V)	-	-	-
Benefícios - Civil	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Benefícios - Militar	-	-	-
Reformas	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-	-	-
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2020	2021	2022
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2020	2021	2022
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2020	2021	2022
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2020	2021	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			



Outro Bens e Direitos

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2019	0.00	0.00	0.00	0.00
2020	0.00	0.00	0.00	0.00
2021	0.00	0.00	0.00	0.00
2022	0.00	0.00	0.00	0.00
2023	0.00	0.00	0.00	0.00
2024	0.00	0.00	0.00	0.00
2025	0.00	0.00	0.00	0.00
2026	0.00	0.00	0.00	0.00

FONTE: Sistema Contabil, Unidade Responsável: Secretaria da Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL IBIQUERA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2024

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1.00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
TOTAL						-

FONTE: Sistema Contábil, Secretaria de Adm. e Finanças



PREFEITO MUNICIPAL DE IBIQUERA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2024

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1.00
EVENTO	Valor Previsto 2023	
Aumento Permanente da Receita		6,049,031.60
(-) Transferências constitucionais		-
(-) Transferências ao FUNDEB		(1,209,806.32)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		4,839,225.28
Redução Permanente de Despesa (II)		1,814,709.48
Margem Bruta (III) = (I+II)		3,024,515.80
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		(1,209,806.32)
Impacto de Novas DOCC		-
Impacto de Novas DOCC por PPP		-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)		4,234,322.12

FONTE:

Prestação de Contas Anual, ESTIMATIVA DA RECEITA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
META FISCAL - RESULTADO NOMINAL

Exercício: 2024

ESPECIFICAÇÃO	SALDO							
	2019 (A)	2020 (B)	2021 (C)	2022 (D)	2023 (E)	2024 (F)	2025 (G)	2026 (H)
I - DÍVIDA CONSOLIDADA	3,439,119.59	3,817,151.35	3,012,463.89	3,227,203.41	2,924,520.46	2,591,387.61	2,224,741.59	1,821,210.98
II - DEDUÇÕES	2,302,778.21	1,525,109.20	2,115,711.90	3,294,903.11	2,601,839.74	2,863,584.82	3,151,661.45	3,468,718.59
II.1 - Ativo Financeiro	2,575,038.12	1,682,185.05	2,298,156.15	3,685,325.41	3,031,538.52	3,336,511.30	3,672,164.33	4,041,584.07
II.2 - Haveres Financeiros	1,549.09	1,549.09	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
II.3 (-) Restos a pagar processados (Saldo a Pagar)	273,809.00	158,624.94	182,444.25	390,422.30	429,698.78	472,926.48	520,502.88	572,865.48
III - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	1,136,341.38	2,292,042.15	896,751.99	(67,699.70)	322,680.72	(272,197.21)	(926,919.86)	(1,647,507.62)
IV - RECEITA DE PRIVATIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
IV - DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+VI)	1,136,341.38	2,292,042.15	896,751.99	(67,699.70)	322,680.72	(272,197.21)	(926,919.86)	(1,647,507.62)
		(B-A)	(C-B)	(D-C)	(E-D)	(F-D)	(G-F)	(H-G)
RESULTADO NOMINAL	(811,448.94)	1,155,700.77	(1,395,290.16)	(964,451.69)	390,380.42	(594,877.93)	(654,722.65)	(720,587.75)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO

Exercício: 2024

RECEITAS FISCAIS	REALIZADO - 2019	REALIZADO - 2020	REALIZADO - 2021	REALIZADO - 2022	ORÇADO - 2023	PREVISÃO DA RECEITA		
						2024	2025	2026
I - RECEITAS FISCAIS (I.1 + I.2 + I.3)	19,257,061.63	19,370,608.43	21,960,717.14	27,603,957.29	36,406,885.00	41,074,265.43	45,206,336.53	49,754,093.99
I.1 RECEITAS CORRENTES FISCAIS	19,293,256.95	19,385,048.78	21,477,924.83	27,942,705.06	34,036,790.00	37,460,891.07	41,229,456.72	45,377,140.06
Receitas Correntes	19,293,256.95	19,385,048.78	21,477,924.83	27,942,705.06	34,036,790.00	37,460,891.07	41,229,456.72	45,377,140.06
(-) Transferências Intragovernamentais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
I.2 RECEITAS DE CAPITAL FISCAIS	0.00	0.00	543,811.97	750,000.00	4,380,000.00	4,820,628.00	5,305,583.18	5,839,324.84
Receitas de Capital	0.00	0.00	543,811.97	750,000.00	4,380,000.00	4,820,628.00	5,305,583.18	5,839,324.84
(-) Transferências Intragovernamentais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
I.3 - DEDUÇÕES	36,195.32	14,440.35	61,019.66	1,088,747.77	2,009,905.00	1,207,253.64	1,328,703.36	1,462,370.92
(-) Receitas de Aplicações Financeiras	36,195.32	14,440.35	61,019.66	338,747.77	346,905.00	381,803.64	420,213.09	462,486.53
(-) Receitas de Alienação de Ativos	0.00	0.00	0.00	0.00	43,000.00	0.00	0.00	0.00
(-) Receitas de Operações de Crédito	0.00	0.00	0.00	750,000.00	1,620,000.00	825,450.00	908,490.27	999,884.39
(-) Receitas de Amortizações	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
DESPESAS FISCAIS	REALIZADO - 2019	REALIZADO - 2020	REALIZADO - 2021	REALIZADO - 2022	ORÇADO - 2023	PREVISÃO DA RECEITA		
						2024	2025	2026
II - DESPESAS FISCAIS (II.1 + II.2 + II.3 + II.4)	14,985,597.15	17,566,549.54	19,049,684.88	23,987,461.34	34,230,327.05	37,650,578.65	41,438,226.86	45,606,912.49
II.1 - DESPESAS CORRENTES	14,075,953.77	16,415,035.61	17,740,678.64	23,198,320.26	28,409,115.50	31,267,072.52	34,412,540.01	37,874,441.54
II.2 - DESPESAS DE CAPITAL	1,194,119.10	1,391,663.99	1,673,571.66	1,005,036.46	5,823,744.40	6,409,613.09	7,054,420.16	7,764,094.83
II.3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0.00	0.00	0.00	0.00	300,150.10	330,345.20	363,577.93	400,153.87
II.4 - DEDUÇÕES	284,475.72	240,150.06	364,565.42	215,895.38	302,682.95	356,452.15	392,311.24	431,777.75
(-) Juros e Encargos da Dívida	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	23,319.30	25,665.22	28,247.14
(-) Amortização da Dívida	284,475.72	240,150.06	364,565.42	215,895.38	302,682.95	333,132.85	366,646.02	403,530.61
(-) Concessão de Empréstimos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
(-) Aquisição de Título de Capital já Integralizado	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
III - RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	4,271,464.48	1,804,058.89	2,911,032.26	3,616,495.95	2,176,557.95	3,423,686.78	3,768,109.67	4,147,181.50



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
Anexo de Metas e Prioridades

Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2024

PPA 2022 / 2025

Eixo Estruturante:	Controle das contas públicas pela ação legislativa		
Área Temática	ADMINISTRAÇÃO		
Programa:	0001 - DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LEGISLATIVO		
Recursos do Programa:	R\$ 4.217.276,00		
Macro Objetivo:	Promoção dos serviços públicos municipais com qualidade, buscando a eficiência no atendimento às necessidades da sociedade, otimização dos processos administrativos e integração entre entidade e cidadão mediante uma gestão com transparência e ética.		
Objetivo 1:	DESENVOLVER E MODERNIZAR O LEGISLATIVO		
Órgão Responsável:	CÂMARA MUNICIPAL		
Meta 1:	Apoio Administrativo Audiência pública realizada Legislação Consolidada		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
Anexo de Metas e Prioridades

Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2024

PPA 2022 / 2025

Eixo Estruturante:	Participação popular no planejamento e gestão estratégica		
Área Temática	ADMINISTRAÇÃO		
Programa:	0002 - GESTÃO COM TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA		
Recursos do Programa:	R\$ 2.842.321,00		
Macro Objetivo:	Promover serviços públicos com qualidade e eficiência, buscando atender às necessidades da população, bem como, otimizar os processos e procedimentos da administração pública.		
Objetivo 1:	GERIR COM TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA		
Órgão Responsável:	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO		
Meta 1:	Apoio Administrativo realizado Eventos apoiados/divulgados Audiência pública realizada Mídia realizada Amortização realizada		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
Anexo de Metas e Prioridades

Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2024

PPA 2022 / 2025

Eixo Estruturante:	Participação popular no planejamento e gestão estratégica		
Área Temática	ADMINISTRAÇÃO		
Programa:	0003 - GESTÃO RESPONSÁVEL E MODERNA		
Recursos do Programa:	R\$ 12.803.809,36		
Macro Objetivo:	Promover serviços públicos com qualidade e eficiência, buscando atender às necessidades da população, bem como, otimizar os processos e procedimentos da administração pública.		
Objetivo 1:	GERIR COM RESPONSABILIDADE E MODERNIDADE		
Órgão Responsável:	SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
Meta 1:	Apoio Administrativo realizado Ações Desenvolvidas Serviços mantidos PASEP recolhido Reserva de contingência Seminário Realizado Material distribuido Amortização realizada Servidores Capacitados Bens Adquiridos		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
Anexo de Metas e Prioridades

Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2024

PPA 2022 / 2025

Eixo Estruturante:	Afirmação de direitos e inclusão social		
Área Temática	EDUCAÇÃO BÁSICA		
Programa:	0004 - EDUCAR PARA TRANSFORMAR		
Recursos do Programa:	R\$ 25.231.248,57		
Macro Objetivo:	Oferecer educação de qualidade, possibilitando o desenvolvimento humano, social e profissional dos cidadãos. Fortalecer a educação básica e garantir a todos o acesso à educação.		
Objetivo 1:	UTILIZAR A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA TRANSFORMAR VIDAS		
Órgão Responsável:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Meta 1:	Alunos beneficiados, Educador capacitado Veículo adquirido Veículo mantido Veículo adaptado Jovens, adultos e idosos alfabetizados Alfabetizador capacitado Alunos alimentados Ações desenvolvidas Laboratório construído Laboratório estruturado		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 2:	Creches reformadas Bens móveis Bens imóveis Evento apoiado Audiência pública realizada Imóveis e terrenos adquiridos Mídia realizada Quadras poliesportivas construídas Imóveis construídos Un. escolar equipada Móveis adquiridos Escolas construídas		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 3:	Educador laboratório Utensílios adquiridos Unidades mantidas Serviços mantidos Unidades estruturadas Aluno matriculado Unidade implantada Creches aparelhadas Ações realizadas Creches mantidas Creches construídas Apoio administrativo		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
Anexo de Metas e Prioridades

Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2024

PPA 2022 / 2025

Eixo Estruturante:	Afirmção de direitos e inclusão social		
Área Temática	CULTURA E ESPORTE		
Programa:	0005 - FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA, ESPORTE E LAZER		
Recursos do Programa:	R\$ 1.880.947,00		
Macro Objetivo:	Expandir e melhorar o acesso à cultura no município, resgatando os costumes e crenças do povo Ibiquerense, como também promover através do esporte e lazer melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.		
Objetivo 1:	FORTALECER E VALORIZAR A CULTURA, ESPORTE E LAZER		
Órgão Responsável:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER		
Meta 1:	Apoio administrativo Unidade de cultura mantida Ações desenvolvidas Projeto Cultural Apoiado Evento Cultural Patrocinado Unidade de Cultura Ampliada Premios Distribuídos Pessoa capacitada Imóveis/Terrenos Adquiridos Biblioteca Construída		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 2:	Biblioteca Ampliada e Reformada Atividade Cultural Realizada Evento Cultural Realizado Unidade de Cultura Estruturada Unidades Esportivas Mantidas Imóveis/terrenos adquiridos Centro esportivo mantido Centro esportivo construído Eventos realizados		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 3:	Diversão garantida Atividades de recreação ofertadas Associação criada Associação mantida		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 4:	Profissionais capacitados Eventos patrocinados Ciclovia implantada Unidade de esporte mantida Atletas apoiados Unidades Esportivas Ampliadas Unidades Esportivas Aparelhadas Unidades Esportivas Reformadas Unidades Esportivas Construídas		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
Anexo de Metas e Prioridades

Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2024

PPA 2022 / 2025

Eixo Estruturante:	Afirmção de direitos e inclusão social		
Área Temática	SAÚDE		
Programa:	0006 - ZELANDO PELA SAÚDE DA NOSSA GENTE		
Recursos do Programa:	R\$ 17.505.209,73		
Macro Objetivo:	Garantir e ampliar o atendimento na área da saúde, oferecendo a todos os cidadãos tratamento de qualidade. Fortalecer e reestruturar através de ações o serviço de saúde do município.		
Objetivo 1:	ZELAR PELA SAÚDE DOS CIDADÃOS		
Órgão Responsável:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Meta 1:	<ul style="list-style-type: none"> Ações desenvolvidas Apoio Administrativo Realizado Sentença judicial Pessoas atendidas Atendimentos realizados Conselho mantido Conselho capacitado Programa implementado Fiscalização sanitária realizada Unidade de saúde construída Bens móveis 		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 2:	<ul style="list-style-type: none"> Bens imóveis Aparelhos adquiridos Unidade de saúde reformada Vigilância sanitária estruturada Unidade de saúde ampliada Cartilhas distribuídas Farmácia estruturada Farmácia aparelhada Campanha realizada Serviços mantidos Ações realizadas 		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 3:	<ul style="list-style-type: none"> Unidade estruturada Consórcio mantido 		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 4:	<ul style="list-style-type: none"> Unidades implantadas Unidade móvel Plantão Odontológico Pessoa idosa atendida Exames realizados Família atendida Agentes treinados Agentes contratados Consultas realizadas Implantação e manutenção Audiência pública realizada Mídia realizada 		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
Anexo de Metas e Prioridades

Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2024

PPA 2022 / 2025

Eixo Estruturante:	Afirmção de direitos e inclusão social		
Área Temática	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
Programa:	0007 - GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
Recursos do Programa:	R\$ 4.046.126,00		
Macro Objetivo:	Implementar políticas de desenvolvimento humano e social, bem como, fortalecer e ampliar o atendimento a famílias de baixa renda e demais pessoas em situação de vulnerabilidade social.		
Objetivo 1:	GERIR DE FORMA QUE PROPORCIONE O DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
Órgão Responsável:	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
Meta 1:	Benefício Concedido Materiais entregues Habitação construída Equipamentos adquiridos Centro implantado Atendimentos realizados Programa de Desenvolvimento Implantado Ações desenvolvidas Criança e Adolescente Assistidos Criança e Adolescente Atend		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 2:	Criança e Adolescente Atendidos Atendimento ofertado Famílias beneficiadas Habitação construída Família cadastrada Melhorias Habit. Realizadas Serviços mantidos Família Atendida Deficiente Atendido Deficiente Assistido Apoio psicológico ofertado		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 3:	Família Assistida Jovem Atendido Mídia realizada Jovens Beneficiados Apoio Administrativo Conselho Mantido Conselheiro Capacitado Serviços desenvolvidos Atendimento a famílias de baixa renda Família de baixa renda assistidas		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 4:	Pessoa idosa atendida Necessidades atendidas Pessoas com deficiência assistidas		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
Anexo de Metas e Prioridades

Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2024

PPA 2022 / 2025

Eixo Estruturante:	Desenvolvimento econômico sustentável e infraestrutura		
Área Temática	INFRAESTRUTURA		
Programa:	0008 - CONSTRUINDO UM MUNICÍPIO MELHOR		
Recursos do Programa:	R\$ 16.301.543,00		
Macro Objetivo:	Promover serviços públicos com qualidade e eficiência, buscando atender às necessidades da população, bem como, otimizar os processos e procedimentos da administração pública.		
Objetivo 1:	MELHORAR A INFRAESTRUTURA E ESTIMULAR A ECONOMIA		
Órgão Responsável:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Meta 1:	Edificações Construídas Edificações Ampliadas Vias Não Pavimentadas Conservadas Sistema de tratamento de esgoto implantado Aterro sanitário construído Esgoto Público Construído Pavimentação em Asfalto Conservada Pavimentação em Paralelo Conservada		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 2:	Imóveis Construídos Edificações Recuperadas Apoio administrativo realizado Servidores capacitados Imóveis/Terrenos Adquiridos Estações de Tratamento de Esgoto Unidades Sanitárias Construídas Rede ampliada Máquinas pesadas adquiridas		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 3:	Serviço de Coleta Realizado Remoção de Entulho Realizada Campanhas educativas realizadas Ações desenvolvidas Apoio administrativo		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 4:	Serviços de Varrição Realizado Lâmpadas Trocadas Cemitério Conservado Cemitério Ampliado Cemitério reformado Rede de iluminação Ampliada Rede de iluminação conservada Cursos de condutores realizados Sinalização implantada		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
Anexo de Metas e Prioridades

Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2024

PPA 2022 / 2025

Eixo Estruturante:	Desenvolvimento econômico sustentável e infraestrutura		
Área Temática	INFRAESTRUTURA		
Programa:	0008 - CONSTRUINDO UM MUNICÍPIO MELHOR		
Recursos do Programa:	R\$ 16.301.543,00		
Macro Objetivo:	Promover serviços públicos com qualidade e eficiência, buscando atender às necessidades da população, bem como, otimizar os processos e procedimentos da administração pública.		
Objetivo 1:	MELHORAR A INFRAESTRUTURA E ESTIMULAR A ECONOMIA		
Órgão Responsável:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Meta 5:	Veículos mantidos Veículos adquiridos Pavimentação de Ruas Realizada Praças Reformadas e Conservadas Ações Prevent. Realizadas Comb. Drogas Realizadas Estudo e Pesquisa Elaborados Sistema de Videomonitoramento Implantado		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA
Anexo de Metas e Prioridades

Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2024

PPA 2022 / 2025

Eixo Estruturante:	Desenvolvimento econômico sustentável e infraestrutura		
Área Temática	DESENVOLV. ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE		
Programa:	0009 - GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AMBIENTAL		
Recursos do Programa:	R\$ 1.433.531,56		
Macro Objetivo:	Implementar ações visando a expansão e o desenvolvimento da economia local, através de estímulos à agricultura e capacitação dos pequenos produtores rurais. Fortalecer e ampliar ações de educação ambiental, para redução de problemas locais e regionais.		
Objetivo 1:	BUSCAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FORMA SUSTENTÁVEL E COM RESPONSABILIDADE AMBIENTAL		
Órgão Responsável:	SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE		
Meta 1:	Coleta seletiva implementada Área verde preservada Entidades Apoiadas/Assistidas Aquisição de Lixeiras Seletivas Aterro Sanitário Implantado Indicadores Ambientais Monitorados Licenciamento ambiental reestruturado		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 2:	Domicílios atendidos de resíduos sólidos Serviços mantidos Campanha Realizada Merc./Mat. Mantidos Serviços implantados Ações desenvolvidas Projeto desenvolvido Família assistida Família capacitada Produtor rural assistido Entidade apoiada		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	
Meta 3:	Parcerias realizadas Construção de barragens Limpeza de açudes públicos		
Regionalização	Unidade de Medida	Quantidade	
RURAL E URBANA	% AO ANO	25	